



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 015

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 015****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
1ª Discussão .....	02
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>22</b>
<b>Publicações</b>	
Presidência:	
Audiência Pública' .....	22
Comissões Especiais:	
Reforma à Constituição.....	22
Comissões:	
Tomada de Contas .....	23
Redação .....	23
Obras Públ., Transp. e Comun. .	23

**012ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE MARÇO DE 2006**

*(quarta-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

**Presenças:**

Às dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni

Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori e Ratinho Júnior (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

**Discussão / Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**1ª Discussão****ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/06, reestruturando as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 005/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto, de autoria do Poder Executivo, visa senão, reestruturar as tabelas de vencimentos dos Quadro Próprio do Poder Executivo, regido pela Lei nº 13.666/02, abrangendo uma gama de cerca de 40.000 funcionários públicos ativos, inativos e pensionistas.

**Legitimidade**

A Constituição Estadual assim assegura:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;” (grifos nossos)

Assim, do prisma da legitimidade da propositura, bem como da constitucionalidade, encontramos respaldo na Constituição do Estado, conforme o artigo supracitado.

Com relação à legalidade, o projeto encontra-se em sintonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), em virtude da apresentação da planilha do impacto econômico-financeiro, exigido pela lei.

Vale ressaltar que a justificativa integrante da mensagem do Governo, apresentou-se acompanhada da planilha com o impacto econômico financeiro, garantindo assim a plenitude legal do projeto que ora se apresenta.

**Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**

“Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do parágrafo 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no parágrafo 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de

compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no parágrafo 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no parágrafo 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;”

No que tange à Lei Complementar 95/98, faz-se necessário algumas alterações, visto que as disposições revogadas devem ser expressamente enumeradas ou apontadas, conforme vejamos o artigo da lei:

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Ainda, essa mesma lei complementar exige que a boa técnica legislativa elimine as obscuridades ou ambigüidades, fazendo com que a lei torne-se clara e evite criar dúvidas quanto à sua interpretação, motivando assim nova alteração apresentada por este Parlamentar.

Por isso, as emendas apresentadas fazem com que o artigo 18 da Lei 13.666/02, seja interpretado. Isso pelo fato de o artigo em referência elencar seis condições objetivas para a percepção dos adicionais e gratificações, em virtude dos locais de trabalho ou atividade exercida.

Assim, a emenda visa dar interpretação suficiente para melhor esclarecer que as vantagens somente cessarão quando for afastado do local ou atividade condicionante para a percepção da vantagem.

No artigo 5º, III, do projeto, sugerimos uma emenda em virtude do mesmo motivo, haja vista que se adotarmos tal redação, não será mais necessário acrescentar as duas outras verbas denominadas adicionais, que são exclusivas do Agente de Aviação e Penitenciário e que não podem ser objeto dessa concessão por serem carreiras distintas dessa aplicação.

**Conclusão**

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa LC 95/98, bem como com a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/00, e ainda apresentou-se perfeito quanto à iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação, na forma das emendas sugeridas em anexo.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS MODIFICATIVAS AO  
PROJETO DE LEI Nº 005/06

Na forma que autoriza o Regimento Interno desta Casa, especialmente no artigo 137, parágrafo 4º.

Art. 1º O artigo 4º do Projeto de Lei nº 05/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As gratificações e adicionais referidos no artigo 18 e seus incisos serão devidos ao servidor alocado nas respectivas unidades da Administração Direta e Autárquica e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.”

Art. 2º O artigo 5º, III, do Projeto de Lei nº 05/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

III - Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico - GAST: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória, exclusiva dos cargos Agente Profissional, Agente de Execução e Agente Apoio, vinculada a atividades técnicas e suporte técnico de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada e demais gratificações ou adicionais previstas nessa lei, além dos encargos especiais e regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - Tide, a que se refere a Lei 6174/70.”

Art. 3º O artigo 12 do Projeto de Lei nº 05/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua aplicação, e seus efeitos financeiros serão pagos nos termos da Seção II, artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/00.”

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 05/06

Na forma que autoriza o Regimento Interno desta Casa, especialmente no artigo 137, parágrafo 3º.

Art. 1º O artigo 8º do Projeto de Lei nº 05/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º ...

I ...

II ...

III - para os cargos descritos no Anexo III, serão efetivados na folha de pagamento no mês de junho de 2006.”

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca e Reni Pereira.

ANEXO III  
PROCURADOR DE ESTADO

Cargo	Valor
Procurador de 1ª Classe	R\$ 4.992,97
Procurador de 2ª Classe	R\$ 4.743,95
Procurador de 3ª Classe	R\$ 4.506,18
Procurador de 4ª Classe	R\$ 4.280,87
Procurador de 5ª Classe	R\$ 4.066,82

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 05/06

P A R E C E R :

Sob análise desta Comissão de Finanças, Projeto de Lei 05/06, procedente da Mensagem 07/06 do Sr. Governador do Estado, com o anunciado escopo e reestruturar as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo e asseverado, em face da justificativa anexa, elaborada pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral que o projeto está em consonância com a legislação vigente segundo análise já procedida também pela Comissão de Constituição e Justiça.

Aquela egrégia Comissão acolheu emenda incluindo Procuradores do Estado na proposta originária, razão pela qual entendo seja necessário dar tratamento igualitário à Carreira Especial dos Advogados do Estado, tratada pela Lei 9422/90 e artigo 56 do ADCT da Constituição Estadual, por integrarem como aqueles, as carreiras jurídicas da Administração Pública Estadual, cujos valores de vencimentos foram fixados pela Lei nº 11.162/95. E em termos de impacto financeiro a emenda que ora acolho, guarda a mesma proporção que aquela gerada pela proposição relativa à carreira dos Procuradores de Estado.

Da mesma forma e para corrigir prejuízo sofrido pelos aposentados e pensionistas por ocasião da implantação da Lei 13.666/02, necessária a apresentação de emenda que os contemple de forma mais justa e paritária, conforme texto de emenda em anexo.

Ante o exposto, é favorável o parecer desta Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 05/06, na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 13.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 005/06

Na forma que autoriza o Regimento Interno desta Casa, especialmente no artigo 137, parágrafo 3º.

Art. 1º O artigo 8º do Projeto de Lei nº 05/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º ...

I ...

II ...

III - para os cargos descritos no Anexo III, serão efetivados na folha de pagamento no mês de julho de 2006.”

Sala das Comissões, em 13.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ANEXO III  
QUADRO ESPECIAL DE ADVOGADOS

Cargo	Valor
Advogado de 1ª Classe	R\$ 4.992,97
Advogado de 2ª Classe	R\$ 4.743,95
Advogado de 3ª Classe	R\$ 4.506,18
Advogado de 4ª Classe	R\$ 4.280,87
Advogado de 5ª Classe	R\$ 4.066,82

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 05/06

Na forma do parágrafo 3º, do artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, adite-se artigo 10 ao Projeto de Lei nº 05/06, com a respectiva renumeração dos artigos subsequentes, ficando da seguinte forma:

“Art. 10. Ao ex-servidor que contava com quinze ou mais anos de serviço público estadual, contados em quinquênios completos, será concedido o reenquadramento na classe II, nas referências 1, 2 e 3, das tabelas constantes do Anexo I, respectivamente, para quinze, vinte, 25 ou mais anos de serviço público estadual contados em quinquênios completos.”

Sala das Comissões, em 13.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

JUSTIFICATIVA:

Os aposentados e pensionistas foram rigorosamente prejudicados quando da implantação da Lei nº 13.666/02, sofrendo, em consequência, não só a expressiva perda salarial que se acumula até a presente data, como também a perda do status na tabela salarial, con-

quistado ao longo de suas carreiras. Essa inversão significou sair do final de suas respectivas classes no antigo Quadro Geral do Estado - QGE, para a classe inicial da nova carreira no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

A proposta governamental contempla apenas parcialmente os aposentados e pensionistas, visto que impede a transposição de classe. Dessa forma, aqueles que acumularam mais tempo de serviço público estadual ficam penalizados, descaracterizando a proposta governamental de conceder-lhes tratamento paritário com os servidores em atividade, conforme está registrado na justificativa do projeto de lei, constante da Mensagem nº 07/06.

Na emenda apresentada é possível contemplar de forma mais justa a proposta de paridade. Assim, em um universo de 21.945 aposentados e pensionistas que completaram quinze ou mais anos de serviço público estadual, 9.461 serão beneficiados com o avanço de classe. Os demais, com cinco e dez anos de serviço público estadual, serão contemplados com a realocação de referência.

Da mesma forma que o Governo se respaldou no Decreto nº 3960/04 para propor a “distribuição do tempo” na classe III, pode também aceitar os critérios admitidos em decreto de 2002, que tratou da promoção dos ativos, para garantir o reenquadramento dos aposentados e pensionistas na classe II.

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/06, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 094/06 - GP, dispondo sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná. COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 045/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os valores básicos dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados de conformidade com a tabela constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 15.02.06.

(a) PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS  
ANEXO I

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	933,48	1.203,47	1.541,57	1.943,78	2.873,34	3.707,04
2	955,32	1.231,15	1.573,01	1.989,31	2.940,69	3.793,90
3	977,68	1.259,47	1.605,11	2.035,92	3.009,57	3.882,78
4	1.000,55	1.288,44	1.642,66	2.083,60	3.080,08	3.973,76
5	1.023,97	1.318,07	1.681,10	2.132,44	3.152,24	4.066,86
6	1.047,93	1.348,38	1.720,44	2.182,40	3.226,11	4.162,15
7	1.072,45	1.379,39	1.760,69	2.233,53	3.301,69	4.259,67
8	1.097,54	1.411,12	1.801,89	2.285,86	3.379,04	4.359,48
9	1.123,22	1.443,58	1.844,06	2.339,41	3.458,23	4.461,61
10	1.149,51	1.476,78	1.887,21	2.394,24	3.539,26	
11	1.176,41	1.510,74	1.931,38	2.450,35	3.622,17	

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto dispõe sobre o reajuste da tabela dos níveis dos valores de vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos titulares de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a título de recomposição de parte das perdas inflacionárias ocorridas nos últimos anos. O reajustamento previsto atinge um percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) aplicável sobre os atuais níveis de vencimentos básicos dos servidores, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I desta lei, substitui aquela constante do Anexo II da Lei Estadual nº 14.506, de 01 de outubro de 2004 e reflete a política adotada no âmbito deste Tribunal de Justiça no que se refere a manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas, atendendo-se, por conseguinte, o preceito constitucional de se preservar o valor real da remuneração dos servidores deste Tribunal de Justiça, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 37, inciso X, combinado com o artigo 40, parágrafo 8º, da CF).

O impacto anual da presente proposta, totalizará um acréscimo no montante de despesa bruta com pessoal de R\$ 19.495.731,20 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e vinte centavos), valor esse a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Paraná, passando a despesa líquida de pessoal, após incluídos outros compromissos, a representar no exercício de 2006, cerca de 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos do Poder Judiciário que, de acordo com o

que preceitua a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, está fixado em 95% do limite de despesa total com pessoal (limite total de 6% e de 5,70% como limite prudencial para o Poder Judiciário Estadual, estabelecido no artigo 20, inciso II, alínea “b” da Lei Complementar 101/2000).

As despesas decorrentes do projeto de lei estão contempladas na Lei Orçamentária nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, referente ao exercício financeiro de 2006 e estão devidamente adequadas com as metas constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o PPA, respeitando-se, assim, o disposto no artigo 16 e artigo 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nos informes que acompanham este projeto de lei está sendo demonstrado o impacto nas despesas dos dois exercícios subsequentes, previsto no inciso I do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo que, salvo melhor juízo, esteja dispensado o atendimento dessa exigência, conforme disposto no parágrafo 6º do artigo 17 da referida lei, por tratar-se de reajustamento de remuneração de pessoal previsto no inciso X do artigo 37 da CF.

**DECLARAÇÃO**

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006, bem como no Plano Plurianual - PPA, 2004/2007.

Curitiba, 31 de janeiro de 2006.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA  
Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

OFÍCIO Nº 094/06- GP

Curitiba, 20 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste do vencimento básico, aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de conformidade com a tabela constante do Anexo I deste anteprojeto de lei.

O referido projeto trata de matéria idêntica à que foi aprovada nessa Casa de Leis, no Projeto nº 653/05, vetado pelo Exmo. Sr. Governador, conforme publicado em Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2005. As razões de veto utilizadas pelo Chefe do Poder Executivo, dizem respeito à alegada falta de comprovação do

impacto orçamentário, da disponibilidade financeira e a prova de que mesmo com o aumento salarial implantado os limites máximos de gastos com pessoal serão observados. Evitando-se a apreciação do mérito dessas alegações, dada a autonomia deste Poder Judiciário de administrar o seu orçamento próprio, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 101/00 (LRF), estamos encaminhando a análise de impacto, com informações que atendem a todas as questões suscitadas nas razões de veto já referidas.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamento Fiscal - Janeiro/05 a Dezembro/05

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1.000,00

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS
	Jan/05 a Dez/05
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	374.115
Pessoal Ativo	331.909
Pessoal Inativo	150.468
Despesas não Computadas (artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Res. nº 7598/02 - TC)	108.262
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	39.595
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.901
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	66.766
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (artigo 18, parágrafo 1º da LRF) (II)	51
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	374.166
(*) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (IV)	10.453.925
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL (III/IV) * 100	3,58%
LIMITE MÁXIMO ( artigo 20 da LRF) - 6,00%	627.235
LIMITE PRUDENCIAL (artigo 22 da LRF) - 5,70%	595.874

(\*) Valor preliminar fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal de Alçada, face a E.C. nº 45, de 08/12/04.

Site: www.tj.pr.gov.br/contas/

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

NELSON BATISTA PEREIRA - Secretário do Tribunal de Justiça do Estado

VILMAR FARIAS - Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

SECRETARIA DE ESTADO DO  
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

OFÍCIO N 190/GS/SEPL

Curitiba, 14 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Em atenção ao Ofício nº 060/06-GP, de 31 de janeiro de 2006, estou encaminhando Informação nº 35/06-COP/SEPL, referente aos relatórios de impacto e previsão orçamentária, como também o de despesas de pessoal.

(a) REINHOLD STEPHANES  
Secretário de Estado do Planejamento  
e Coordenação Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OFÍCIO Nº 060/06-GP

Curitiba, 31 de janeiro de 2006

Senhor Secretário

Tenho a honra de solicitar a V. Exa. as providências necessárias no sentido de informar a este Tribunal de Justiça o impacto financeiro nas despesas de pessoal do Poder Judiciário, bem como as consequências decorrentes no total das despesas do Estado, consoante infere-se das Razões de Veto aos Projetos de Lei nºs 653/05 e 654/05.

De outra sorte, informo que tais projetos vão acarretar um acréscimo de despesa de pessoal, no exercício de 2006, estimado no valor de R\$ 21.135.634,01 (vinte e um milhões, cento e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e um centavo), assim discriminado.

- R\$ 19.495.731,20 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e vinte centavos) dos Projeto de Lei nº 653/05 e;

- R\$ 1.639.902,81 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e dois reais e oitenta e um centavos) do Projeto de Lei nº 654/05.

Neste sentido, renovo a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA  
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 35/2006

**Assunto:** Solicitação por parte do Tribunal de Justiça dos relatórios de impacto e previsão orçamentária, como também o de despesas de pessoal.

**Referência:** Ofício nº 060/60 - GP do Tribunal de Justiça.

Analisando a solicitação em referência temos a informar que:

A dotação orçamentária do Poder Judiciário para o exercício de 2006 corresponde ao montante de R\$ 605.170.678,00 (seiscentos e cinco milhões, cento e setenta mil, seiscentos e setenta e oitenta reais), de recursos do Tesouro Geral do Estado, segundo normas estabelecidas na Constituição do Estado do Paraná e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado - LDO para o exercício financeiro de 2006.

A LDO - 2006 em seu Anexo I, Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2006 - 08, Preços Correntes estabelece as seguintes previsões de crescimento para a Receita não Financeira:

2007 - 7,35%

2008 - 7,60%

Adotando tal parâmetro de crescimento para projetar a previsão orçamentária do Poder Judiciário para os exercícios em referência teremos as seguintes estimativas:

2007 - R\$ 649.650.723,00

2008 - R\$ 699.024.178,00

A alocação de tais dotações orçamentárias, bem como a previsão de aplicação das mesmas deve ser feita pelo próprio Poder Judiciário, consoante normas estabelecidas no artigo 98 da Constituição Estadual.

Conforme estabelecem os artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal a despesa com Pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida.

Considerando também que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou Órgão referido no artigo 20 aumentar as despesas com pessoal. Usando tal parâmetro de 95% da Receita Corrente Líquida como limite e, as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2006, e as previsões constantes do Anexo I, Tabela 5 da LDO - 2006 teremos as seguintes estimativas para:

2006 - R\$ 11.252.419.078,00

2007 - R\$ 12.079.471.880,00

2008 - R\$ 12.997.511.743,00

Diante das análises procedidas entendemos que as despesas orçamentárias do Poder Judiciário devem obedecer aos parâmetros fixados nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e observar o limite financeiro com base no artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná, fixado para o exercício de 2006 em 8,5% (oito vírgula cinco por cento) na Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado.

As tabelas constantes do Anexo a esta informação sintetizam as previsões orçamentárias para o Poder Judiciário nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, bem como, apresentam a estimativa relativa à Receita Corrente Líquida para o mesmo período.

As declarações pertinentes à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devem ser feitas pelo respectivo Orçamento de Despesa.



É a informação.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2006.

(a) ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO  
Coordenadora Adjunta - COP/SEPL

#### ANEXO À INFORMAÇÃO Nº 35/COP/SEPL DE 003/02/06

1. Estimativa da Receita Corrente Líquida - RCL - Base para aplicação dos artigos 19 e 20 da lei de Responsabilidade Fiscal.

Em R\$ 1,00

RCL	2006	2007	2008
100%	11.844.651.661	12.715.233.558	13.681.591.308
95%	11.252.419.078	12.079.471.880	12.997.511.743
6%	675.145.145	724.768.313	779.850.704

2. Estimativa das dotações do Poder Judiciário, para ser utilizado como parâmetro financeiro global.

Em R\$ 1,00

% Rec. Líquida	2006	2007	2008
8,5	605.170.678	649.650.723	699.024.178

#### INFORMAÇÃO Nº 09/06

**Referente:** Avaliação do impacto orçamentário/financeiro do Projeto de Lei de Reajuste do Quadro de Serventurários do Foro Extra-Judicial do Paraná.

A presente Informação tem por finalidade, apresentar a análise e os dados gerais quanto à avaliação do impacto orçamentário do projeto de lei em referência.

A - Despesa com pessoal e encargos sociais em 2005

Para efeitos comparativos informamos o total das despesas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2005, bem como a apuração do índice estimado, de acordo com artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I da LRF, com base na Receita Corrente Líquida do Tesouro Estadual, informada pela Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa.

Em R\$ mil

Total da Despesas de Pessoal em 2005	482.428
deduções - artigo 19, § 1º da LRF e Res/TC 7598/02-	108.262
A 1 - Total Líquido da Despesa de Pessoal	374.166
A.2 - Receita Corrente Líquida em 2005 -	10.453.925
A.3 - Percentual A 1/ A 2/ =	3,58%

B - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais prevista para o exercício de 2006:

B.1 - LOA de 2006

O Orçamento aprovado para o presente exercício (Lei nº 14.977/05) prevê para o Poder Judiciário, com a utilização de recursos do Tesouro, uma dotação global de R\$ 591.564.690,00 e para pessoal o valor de R\$ 510.643.580,00. Aplicada a taxa inflacionária do período de julho a dezembro de 2,3% adotada pela SEPL/COP, esses valores passam a ser de R\$ 605.170.678,00 e R\$ 522.388.382,00, respectivamente.

Em R\$ mil

B.2 - Despesa Líquida com Pessoal estimada para 2006	
B.2.1 - Despesa Líquida com Pessoal em 2005	374.166
B.2.2 - Compromissos com Projetos de Lei em estudo	34.751
B.2.3 - Total da despesa líquida de pessoal estimada para 2006	408.917

C - Estimativa da Receita Corrente Líquida para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A receita Corrente Líquida estimada para o exercício de 2006 está baseada na Lei Orçamentária nº 14.977/05 com os ajustes adotados pela SEPL/COP e, para os exercícios de 2007 e 2008, projetou-se a Receita Corrente Líquida, pela variação anual constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2006, no quadro de Metas Fiscais para o Período de 2006 - 2008, obtendo-se os seguintes valores (Em R\$ mil):

C.1 - No exercício de 2006	11.252.000	
C.2 - No exercício de 2007	12.079.022	Variação de 7,35%
C.3 - No exercício de 2008	12.997.028	Variação de 7,60%

D - Análise do Impacto conforme LRF da Despesa de Pessoal no Exercício de 2006.

O impacto financeiro decorrente deste projeto de lei, para o exercício de 2006, apresenta a seguinte estimativa

D.1 - Despesa líquida de pessoal projetada para 2006 (Vide B.2.3)	R\$ 408.917
D.2 - Valor estimado deste Projeto de Lei	R\$ 1.640
D.3 - Total da despesa líquida de pessoal projetada para 2006	R\$ 410.557
D.4 - Percentual previsto para 2006, com base na Rec. Corrente Líquida estimada = (D.3/C.1, em %)	3,65%

E - Análise do Impacto conforme LRF da Despesa de Pessoal nos Exercícios de 2007 e 2008.

E.1 - Atribuindo-se à despesa líquida de pessoal do Poder Judiciário um crescimento vegetativo de 3,51% em 2007 e de 3,34% em 2008 chegamos aos seguintes resultados:

E.1.1 - No exercício de 2007	R\$ 424.968
E.1.2 - No exercício de 2008	R\$ 439.162
E.2 - Percentual Comprometido em 2007 (E.1.1/C.2, em %)	3,52%
E.3 - Percentual Comprometido em 2008 (E.1.2/C.3, em %)	3,38%

F - Limites Previstos na LRF para o Poder Judiciário Estadual

F.1 - Máximo - (artigo 20 da LRF) - 6,00% =	R\$ 606.975.668,00
F.2 - Prudencial - (artigo 22 da LRF) - 5,70% =	R\$ 576.626.885,00

G - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Plano Plurianual - PPA

G.1 - O Poder Judiciário tem a sua receita na fonte 100 - Receita do Tesouro do Estado.

G.2 - A Lei nº 14.783/05, em seu artigo 8º, estabelece que no exercício de 2006, o percentual, para o Poder Judiciário, é de 8,5% (oito vírgula cinco por cento), da Receita Geral do Estado, excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios as operações de créditos, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Conforme o disposto no artigo 39 da Lei nº 14.831/05 - LDO, integra a base de cálculo do percentual destinado ao Poder Judiciário, as transferências que venham a ser recebidas pelo Governo do Estado, por conta do previsto na - Lei Complementar 87/96 (denominada Lei Kandir).

G.3 - Mantendo-se o percentual de participação de 8,5% da Receita Geral do Estado, com as deduções referidas, a dotação total do Poder Judiciário será de:

Em R\$ mil

G.3.1 - No exercício de 2006	605.171
G.3.2 - No exercício de 2007	649.651
G.3.3 - No exercício de 2008	699.024

G.4 - Na projeção do valor bruto da Despesa de Pessoal (valores orçamentários) para os exercícios de 2007 e 2008, utilizou-se os valores da despesa de pessoal e da despesa total constantes da Lei Orçamentária de 2006, já atualizado pela SEPL/COP e manteve-se a parti-

cipação percentual, calculada para 2006, para os próximos exercícios.

Em R\$ mil

Exercícios	% na Verba Total	Despesa de Pessoal Orçamentária
2006	86,3	R\$ 522.388
2007	86,3	R\$ 560.648
2008	86,3	R\$ 603.258

G.5 - Participação da Despesa de Pessoal Projetada sobre a Despesa de Pessoal Orçamentária fixada para 2006 e estimada para 2007/2008:

Despesa de Pessoal

Anos	(A) - Projetada	(B) - Orçamentária	Percentual A/B
2006	R\$ 479.677	R\$ 522.388	91,8%
2007	R\$ 496.514	R\$ 560.648	88,6%
2008	R\$ 513.097	R\$ 603.258	85,1%

Os resultados obtidos demonstram que o comprometimento já ocorrido e o decorrente deste Projeto de Lei não trarão dificuldades de atendimento e possibilitarão manter o poder aquisitivo das remunerações, desde que não ultrapassem os percentuais de evolução previstos para a Receita Líquida do Tesouro para os dois próximos exercícios (2007/2008).

G.6 - A Lei nº 14.276/03, que aprova do Plano Plurianual - PPA, para o período de 2004 a 2007, especifica, no Programa: Ação Judiciária, valores crescentes na despesa de pessoal, para um melhor atendimento dos servidores do Poder Judiciário.

H - Capacidade Financeira do Poder

H.1. O Decreto nº 6023, de 18 de janeiro de 2006, que estabelece a programação financeira do exercício, prevê em seu artigo que os recursos do Poder Judiciário ficarão integralmente liberados, salvo na ocorrência do disposto no artigo 18 da Lei nº 14.783/2005-LDO. Na eventualidade de haver necessidade de limitação no volume de despesas no corrente exercício, existe um saldo ainda não previsto o seu comprometimento para Despesa de Pessoal de R\$ 43 milhões acrescidos de uma margem de R\$ 82,8 milhões de recursos que estão previstas para Outras Despesas Correntes (R\$ 78,4 milhões) e Capital (R\$ 4,4 milhões) e que são passíveis de ajustes por ato próprio deste Poder.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2006.

(a) ROMAR TEIXEIRA NOGUEIRA

Diretor da Assessoria de Planejamento da Presidência

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 045/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafiado foi encaminhado pelo Tribunal e Justiça do Estado do Paraná, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta dispor sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná.

Na justificativa o autor diz que o presente anteprojeto dispõe sobre o reajuste da tabela dos níveis dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos titulares de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a título de recomposição de parte das perdas inflacionárias ocorridas nos últimos anos. O reajustamento previsto atinge um percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) aplicável sobre os atuais níveis de vencimentos básicos dos servidores, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

A tabela de vencimentos básicos de trata o Anexo I desta Lei, substitui àquela constante do Anexo II da Lei Estadual nº 14.506, de 01 de outubro de 2004 e reflete a política adotada no âmbito deste Tribunal de Justiça no que se refere à manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas, atendendo-se, por conseguinte, o preceito constitucional de se preservar o valor real da remuneração dos servidores deste Tribunal de Justiça, conforme critérios estabelecidos em lei (art. 37, inciso X, combinado com o artigo 40, parágrafo 8º, da CF).

É o relatório.

**Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, chefe do Poder Judiciário do Estado do Paraná, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 045/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal e Justiça do Estado, reajusta os vencimentos dos servidores do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Estado.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável, quanto a constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

**Conclusão**

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável ao projeto, tendo em vista o mesmo atende ao disposto do artigo 16 da lei de Responsabilidade Fiscal e que as despesas decorrentes estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006, bem como no Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em 15.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/06, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 095/06 - G.P., dispondo sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná. COM PACERES DA CCJ. E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 046/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Tabela Única que fixou os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná de que trata o artigo 1º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005 passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes do reajuste de proventos concedido aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 15.02.06.  
(a) PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO I

CARGOS	NÍVEIS	PROVENTOS BÁSICOS
--------	--------	-------------------

## Oficial de Registro de Imóveis

Entrância Final	E 4	3.080,08
Entrância Intermediária	E 3	3.009,57
Entrância Inicial	E 2	2.940,69

## Tabelião de Notas

Entrância Final	E 4	3.080,08
Entrância Intermediária	E 3	3.009,57
Entrância Inicial	E 2	2.940,69

## Oficial de Protesto De Títulos

Entrância Final	E 4	3.080,08
Entrância Intermediária	E 3	3.009,57
Entrância Inicial	E 2	2.940,69

## Oficial de Registro de Títulos e Documentos P.J.

Entrância Final	E 4	3.080,08
Entrância Intermediária	E 3	3.009,57
Entrância Inicial	E 2	2.940,69

## Oficial de Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito

Entrância Final	E 4	3.080,08
Entrância Intermediária	E 3	3.009,57
Entrância Inicial	E 2	2.940,69

## Escrivão Distrital

Entrância Final	E 1	2.873,34
Entrância Intermediária	D 11	2.450,35
Entrância Inicial	D 10	2.394,24

## Oficial Maior (Sede De Comarca)

Entrância Final	E 1	2.873,34
Entrância Intermediária	D 11	2.450,35
Entrância Inicial	D 10	2.394,24

## Oficial Maior (Cartório Distrital)

Entrância Final	D 10	2.394,24
Entrância Intermediária	D 4	2.083,60
Entrância Inicial	C 1	1.541,57

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

## Escrevente Juramentado (Sede de Comarca)

Entrância Final	D 10	2.394,24
Entrância Intermediária	D 4	2.083,60
Entrância Inicial	C 1	1.541,57

## Escrevente Juramentado (Cartório Distrital)

Entrância Final	C 1	1.541,57
Entrância Intermediária	B 8	1.411,12
Entrância Inicial	B 3	1.259,47

## JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto dispõe sobre o reajuste da tabela dos níveis de proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, a título de recomposição de parte das perdas inflacionárias ocorridas nos últimos anos. O reajustamento previsto atinge um percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) aplicável sobre os atuais níveis dos valores dos proventos básicos dos referidos serventuários, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

A tabela que fixou os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná de acordo com o artigo 1º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005 passa a vigorar na forma do Anexo I do presente anteprojeto de lei, e reflete a política adotada no âmbito deste Tribunal de Justiça no que se refere à manutenção do poder aquisitivo dos proventos percebidos pelos serventuários, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas, atendendo-se, por conseguinte, o preceito constitucional de se preservar o valor real dos proventos dos citados serventuários aposentados pelo Tribunal de Justiça do Paraná, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 40, parágrafo 8º, da CF) e na forma disposta no artigo 3º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005.

A razão do encaminhamento de anteprojeto em separado para tratar do reajuste da tabela dos níveis dos proventos dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, justifica-se pela impossibilidade de utilização da mesma tabela de vencimentos do quadro de servidores da ativa para reajustar proventos dos serventuários do Foro Extrajudicial em face de sua situação peculiar, pois não são remunerados pelos cofres públicos, nem ocupam cargos efetivos.

O reajustamento dos proventos destes serventuários deverão ser feitos em sede própria, por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (artigo 3º, Lei nº 14.805/2005) e não mais por vinculação com as leis que tratam dos servidores titulares de cargos efetivos no

âmbito deste Tribunal de Justiça do Paraná. O presente projeto de lei foi apreciado e aprovado em reunião do Órgão Especial de 17 de outubro de 2005.

O impacto anual da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 01 de janeiro de 2006, totalizará um acréscimo no montante da despesa bruta com pessoal e encargos de R\$ 1.639.902,81 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e dois reais e oitenta e um centavos), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Paraná, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, passando a despesa líquida de pessoal, após incluídos outros compromissos, a representar no exercício de 2006, cerca de 3,87% (três vírgula oitenta e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite total de 6% e prudencial de 5,70%, definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 20 (inciso II, alínea B) e 22 (parágrafo único).

As despesas decorrentes do projeto de lei estão contempladas na Lei Orçamentária nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005, referente ao exercício financeiro de 2006 e estão devidamente adequadas com as metas constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o PPA respeitando-se, assim, o disposto do artigo 16 a artigo 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nos informes que acompanham este projeto de lei está sendo demonstrado o impacto na despesa dos dois exercícios subseqüentes, previsto no inciso I do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo que, salvo melhor juízo, esteja dispensado o atendimento dessa exigência, conforme disposto no parágrafo 6º do artigo 17 da referida Lei, por tratar-se de reajustamento de remuneração de pessoal previsto no inciso X do artigo 37 da CF.

OFÍCIO Nº 095/06-G.P.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Com a mais elevada consideração, dirijo-me a V. Exa. para encaminhar, para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadorias dos Serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, na forma da tabela constante do Anexo I.

O referido projeto trata de matéria idêntica à que foi aprovada nessa Casa de Leis no Projeto nº 654/05, vetado pelo Exmo. Sr. Governador, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2005.

Evitando-se a apreciação do mérito das razões de veto, dada a autonomia deste Poder Judiciário de administrar o seu orçamento próprio, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 101/00 (LRF),

estamos fazendo acompanhar a análise de impacto orçamentário/financeiro, do relatório de gestão fiscal, e da declaração de adequação orçamentária/financeira com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, de conformidade com o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Contando com a sensibilidade administrativa que sempre o caracterizou no exercício de tão relevante função e, por isso mesmo, certo de contar com sua atenção e presteza, consigno a V. Exa. as mais elevadas expressões de consideração e apreço.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

#### INFORMAÇÃO Nº 09/06

**Referente:** Avaliação do impacto orçamentário/financeiro do Projeto de Lei de Reajuste do Quadro de Serventuários do Foro Extra-Judicial do Paraná.

A presente Informação em por finalidade, apresentar a análise e os dados gerais quanto à avaliação do impacto orçamentário do Projeto de Lei em referência.

A - Despesa com pessoal e encargos sociais em 2005

Para efeitos comparativos informamos o total das despesas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2005, bem como a apuração do índice estimado, de acordo com artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I da LRF, com base na Receita Corrente Líquida do Tesouro Estadual, informada pela Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa.

Em R\$ mil

Total da Despesas de Pessoal em 2005	482.428
deduções - artigo 19, § 1º da LRF e Res/TC 7598/02-	108.262
A 1 - Total Líquido da Despesa de Pessoal	374.166
A.2 - Receita Corrente Líquida em 2005 -	10.453.925
A.3 - Percentual A 1/ A 2/ =	3,58%

B - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais prevista para o exercício de 2006:

B.1 - LOA de 2006

O Orçamento aprovado para o presente exercício (Lei nº 14.977/05) prevê para o Poder Judiciário, com a utilização de recursos do Tesouro, uma dotação global de R\$ 591.564.690,00 e para pessoal o valor de R\$ 510.643.580,00. Aplicada a taxa inflacionária do período de julho a dezembro de 2,3% adotada pela SEPL/COP, esses valores passam a ser de R\$ 605.170.678,00 e R\$ 522.388.382,00, respectivamente.

Em R\$ mil

B.2 - Despesa Líquida com Pessoal estimada para 2006	
B.2.1 - Despesa Líquida com Pessoal em 2005	374.166
B.2.2 - Compromissos com Projetos de Lei em estudo	34.751
B.2.3 - Total da despesa líquida de pessoal estimada para 2006	408.917

C - Estimativa da Receita Corrente Líquida para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A receita Corrente Líquida estimada para o exercício de 2006 está baseada na Lei Orçamentária nº 14.977/05 com os ajustes adotados pela SEPL/COP e, para os exercícios de 2007 e 2008, projetou-se a Receita Corrente Líquida, pela variação anual constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2006, no quadro de Metas Fiscais para o Período de 2006 - 2008, obtendo-se os seguintes valores (Em R\$ mil):

C.1 - No exercício de 2006	11.252.000	
C.2 - No exercício de 2007	12.079.022	Variação de 7,35%
C.3 - No exercício de 2008	12.997.028	Variação de 7,60%

D - Análise do Impacto conforme LRF da Despesa de Pessoal no Exercício de 2006.

O impacto financeiro decorrente deste projeto de lei, para o exercício de 2006, apresenta a seguinte estimativa

D.1 - Despesa líquida de pessoal projetada para 2006 (Vide B.2.3)	R\$ 408.917
D.2 - Valor estimado deste Projeto de Lei	R\$ 1.640
D.3 - Total da despesa líquida de pessoal projetada para 2006	R\$ 410.557
D.4 - Percentual previsto para 2006, com base na Rec. Corrente Líquida estimada = (D.3/C.1, em %)	3,65%

E - Análise do Impacto conforme LRF da Despesa de Pessoal nos Exercícios de 2007 e 2008.

E.1 - Atribuindo-se à despesa líquida de pessoal do Poder Judiciário um crescimento vegetativo de 3,51% em 2007 e de 3,34% em 2008 chegamos aos seguintes resultados:

Em R\$ mil

E.1.1 - No exercício de 2007	R\$ 424.968
E.1.2 - No exercício de 2008	R\$ 439.162
E.2 - Percentual Comprometido em 2007 (E.1.1/C.2, em %)	3,52%
E.3 - Percentual Comprometido em 2008 (E.1.2/C.3, em %)	3,38%

F - Limites Previstos na LRF para o Poder Judiciário Estadual

F.1 - Máximo - (artigo 20 da LRF) - 6,00% =	R\$ 606.975.668,00
F.2 - Prudencial - (artigo 22 da LRF) - 5,70% =	R\$ 576.626.885,00

G - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Plano Plurianual - PPA

G.1 - O Poder Judiciário tem a sua receita na fonte 100 - Receita do Tesouro do Estado.

G.2 - A Lei nº 14.783/05, em seu artigo 8º, estabelece que no exercício de 2006, o percentual, para o Poder Judiciário, é de 8,5% (oito vírgula cinco por cento), da Receita Geral do Estado, excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios as operações de créditos, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Conforme o disposto no artigo 39 da Lei nº 14.831/05 - LDO, integra a base de cálculo do percentual destinado ao Poder Judiciário, as transferências que venham a ser recebidas pelo Governo do Estado, por conta do previsto na - Lei Complementar 87/96 (denominada Lei Kandir).

G.3 - Mantendo-se o percentual de participação de 8,5% da Receita Geral do Estado, com as deduções referidas, a dotação total do Poder Judiciário será de:

Em R\$ mil

G.3.1 - No exercício de 2006	605.171
G.3.2 - No exercício de 2007	649.651
G.3.3 - No exercício de 2008	699.024

G.4 - Na projeção do valor bruto da Despesa de Pessoal (valores orçamentários) para os exercícios de 2007 e 2008, utilizou-se os valores da despesa de pessoal e da despesa total constantes da Lei Orçamentária de 2006, já atualizado pela SEPL/COP e manteve-se a participação percentual, calculada para 2006, para os próximos exercícios.

Em R\$ mil

Exercícios	% na Verba Total	Despesa de Pessoal Orçamentária
2006	86.3	R\$ 522.388
2007	86.3	R\$560.648
2008	86.3	R\$ 603.258

G.5 - Participação da Despesa de Pessoal Projetada sobre a Despesa de Pessoal Orçamentária fixada para 2006 e estimada para 2007/2008:

Despesa de Pessoal

Anos	(A) - Projetada	(B) - Orçamentária	Percentual A/B
2006	R\$ 479.677	R\$ 522.388	91,8%
2007	R\$ 496.514	R\$ 560.648	88,6%
2008	R\$ 513.097	R\$ 603.258	85,1%

Os resultados obtidos demonstram que o comprometimento já ocorrido e o decorrente deste Projeto de Lei não trarão dificuldades de atendimento e possibilitarão manter o poder aquisitivo das remunerações, desde que não ultrapassem os percentuais de evolução previstos para a Receita Líquida do Tesouro para os dois próximos exercícios (2007/20008).

G.6 - A Lei nº 14.276/03, que aprova do Plano Plurianual - PPA, para o período de 2004 a 2007, especifica, no Programa: Ação Judiciária, valores crescentes na despesa de pessoal, para um melhor atendimento dos servidores do Poder Judiciário.

#### H - Capacidade Financeira do Poder

H.1. O Decreto nº 6023, de 18 de janeiro de 2006, que estabelece a programação financeira do exercício, prevê em seu artigo que os recursos do Poder Judiciário ficarão integralmente liberados, salvo na ocorrência do disposto no artigo 18 da Lei nº 14.783/2005-LDO. Na eventualidade de haver necessidade de limitação no volume de despesas no corrente exercício, existe um saldo ainda não previsto o seu comprometimento para Despesa de Pessoal de R\$ 43 milhões acrescidos de uma margem de R\$ 82,8 milhões de recursos que estão previstas para Outras Despesas Correntes (R\$ 78,4 milhões) e

Capital (R\$ 4,4 milhões) e que são passíveis de ajustes por ato próprio deste Poder.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2006.

(a) ROMAR TEIXEIRA NOGUEIRA

Diretor da Assessoria de Planejamento da Presidência

#### DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006, bem como no Plano Plurianual - PPA, 2004/2007.

Curitiba, 31 de janeiro de 2006.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

OFÍCIO Nº 094/06- GP

Curitiba, 20 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste do vencimento básico, aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de conformidade com a tabela constante do Anexo I deste anteprojeto de lei.

O referido projeto trata de matéria idêntica à que foi aprovada nessa Casa de Leis, no Projeto nº 653/05, vetado pelo Exmo. Sr. Governador, conforme publicado em Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2005. As razões de veto utilizadas pelo Chefe do Poder Executivo, dizem respeito à alegada falta de comprovação do impacto orçamentário, da disponibilidade financeira e a prova de que mesmo com o aumento salarial implantado os limites máximos de gastos com pessoal serão observados. Evitando-se a apreciação do mérito dessas alegações, dada a autonomia deste Poder Judiciário de administrar o seu orçamento próprio, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 101/00 (LRF), estamos encaminhando a análise de impacto, com informações que atendem a todas as questões suscitadas nas razões de veto já referidas.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
Orçamento Fiscal - Janeiro/05 a Dezembro/05

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1.000,00

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS
	Jan/05 a Dez/05
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	374.115
Pessoal Ativo	331.909
Pessoal Inativo	150.468
Despesas não Computadas (artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Res. nº 7598/02 - TC)	108.262
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	39.595
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.901
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	66.766
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (artigo 18, parágrafo 1º da LRF) (II)	51
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	374.166
(*) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (IV)	10.453.925
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL (III/IV) * 100	3,58%
LIMITE MÁXIMO (artigo 20 da LRF) - 6,00%	627.235
LIMITE PRUDENCIAL (artigo 22 da LRF) - 5,70%	595.874

(\*) Valor preliminar fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal de Alçada, face a E.C. nº 45, de 08/12/04.

Site: [www.tj.pr.gov.br/contas/](http://www.tj.pr.gov.br/contas/)

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado  
NELSON BATISTA PEREIRA - Secretário do Tribunal de Justiça do Estado  
VILMAR FARIAS - Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

SECRETARIA DE ESTADO DO  
PLANEJAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

OFÍCIO Nº 190/GS/SEPL

Curitiba, 14 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Em atenção ao Ofício nº 060/06-GP, de 31 de janeiro de 2006, estou encaminhando Informação nº 35/06-COP/SEPL, referente aos relatórios de impacto e previsão orçamentária, como também e de despesas de pessoal.

Atenciosamente,

(a) REINHOLD STEPHANES  
Secretário de Estado do Planejamento  
e Coordenação Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OFÍCIO Nº 060/06-GP

Curitiba, 31 de janeiro de 2006.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de solicitar a V. Exa. as providências necessárias no sentido de informar a este Tribunal de Justiça o impacto financeiro nas despesas de pessoal do Poder Judiciário, bem como as consequências decorrentes no total das despesas do Estado, consoante infere-se das razões de veto aos Projetos de Lei nºs 653/05 e 654/05.

De outra sorte, informo que tais projetos vão acarretar um acréscimo de despesa de pessoal, no exercício de 2006, estimado no valor de R\$ 21.135.634,01 (vinte e um milhões, cento e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e um centavo), assim discriminado:

- R\$ 19.495.731,20 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e vinte centavos) do Projeto de Lei nº 653/05 e;



- R\$ 1.639.902,81 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e dois reais e oitenta e um centavos) do Projeto de Lei nº 654/05.

Neste ensejo, renovo a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA  
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 35/2006

**Assunto:** Solicitação por parte do Tribunal de Justiça dos relatórios de impacto e previsão orçamentária, como também o de despesas de pessoal.

**Referência:** Ofício nº 060/60 - GP do Tribunal de Justiça.

Analisando a solicitação em referência temos a informar que:

A dotação orçamentária do Poder Judiciário para o exercício de 2006 corresponde ao montante de R\$ 605.170.678,00 (seiscentos e cinco milhões, cento e setenta mil, seiscentos e setenta e oitenta reais), de recursos do Tesouro Geral do Estado, segundo normas estabelecidas na Constituição do Estado do Paraná e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado - LDO para o exercício financeiro de 2006.

A LDO - 2006 em seu Anexo I, Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2006 - 08, Preços Correntes estabelece as seguintes previsões de crescimento para a Receita não Financeira:

2007 - 7,35%

2008 - 7,60%

Adotando tal parâmetro de crescimento para projetar a previsão orçamentária do Poder Judiciário para os exercícios em referência teremos as seguintes estimativas:

2007 - R\$ 649.650.723,00

2008 - R\$ 699.024.178,00

A alocação de tais dotações orçamentárias, bem como a previsão de aplicação das mesmas deve ser feita pelo próprio Poder Judiciário, consoante normas estabelecidas no artigo 98 da Constituição Estadual.

Conforme estabelecem os artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal a despesa com Pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida.

Considerando também que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou Órgão referido no artigo 20 aumentar as despesas com pessoal. Usando tal parâmetro de 95% da Receita Corrente Líquida como limite e, as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2006, e as

previsões constantes do Anexo I, Tabela 5 da LDO - 2006 teremos as seguintes estimativas para:

2006 - R\$ 11.252.419.078,00

2007 - R\$ 12.079.471.880,00

2008 - R\$ 12.997.511.743,00

Diante das análises procedidas entendemos que as despesas orçamentárias do Poder Judiciário devem obedecer aos parâmetros fixados nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e observar o limite financeiro com base no artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná, fixado para o exercício de 2006 em 8,5% (oito vírgula cinco por cento) na Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado.

As tabelas constantes do Anexo a esta informação sintetizam as previsões orçamentárias para o Poder Judiciário nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, bem como, apresentam a estimativa relativa à Receita Corrente Líquida para o mesmo período.

As declarações pertinentes à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devem ser feitas pelo respectivo Orçamento de Despesa.

É a informação.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2006.

(a) ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO  
Coordenadora Adjunta - COP/SEPL

ANEXO À INFORMAÇÃO Nº 35/COP/SEPL DE 003/02/06

1. Estimativa da Receita Corrente Líquida - RCL - Base para aplicação dos artigos 19 e 20 da lei de Responsabilidade Fiscal.

Em R\$ 1,00

RCL	2006	2007	2008
100%	11.844.651.661	12.715.233.558	13.681.591.308
95%	11.252.419.078	12.079.471.880	12.997.511.743
6%	675.145.145	724.768.313	779.850.704

2. Estimativa das dotações do Poder Judiciário, para ser utilizado como parâmetro financeiro global.

Em R\$ 1,00

% Rec. Líquida	2006	2007	2008
8,5	605.170.678	649.650.723	699.024.178

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 046/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares

desta Casa, e tem como proposta *dispor sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná*.

Na justificativa o autor diz que o presente anteprojeto dispõe sobre o reajuste da tabela dos níveis de proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, a título de recomposição de parte das perdas inflacionárias ocorridas nos últimos anos. O reajustamento previsto atinge um percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) aplicável sobre os atuais níveis de vencimentos básicos dos servidores, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

A tabela que fixou os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná de acordo com o artigo 1º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005 passa a vigorar na forma do Anexo I do presente anteprojeto de lei e reflete a política adotada no âmbito deste Tribunal de Justiça no que se refere à manutenção do poder aquisitivo dos proventos percebidos pelos serventuários, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas, atendendo-se, o preceito constitucional de se preservar o valor real da remuneração dos servidores deste Tribunal de Justiça, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 40, parágrafo 8º, da CF) e na forma disposta no artigo 3º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005.

É relatório.

#### **Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão de manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, chefe do Poder Judiciário do Estado do Paraná, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.03.2006.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 046/06

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre a tabela de proventos aplicável aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

#### **Fundamental**

A proposição já recebeu parecer favorável, quanto a constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável ao projeto, tendo em vista que o mesmo atende ao disposto do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e que as despesas decorrentes estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006, bem como no Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em 15.03.2006.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/06, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 330 - GAB., alterando o artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º, II, da Lei 13.665 de 04 de julho de 2002, e reajusta a tabela de gratificação de função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 006/06, de 22.02.06, em Ofícios).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 058/06

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Ministério Público Estadual, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *alterar o artigo 2º, II, parágrafo 1º, e artigo 3º, II da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, e reajustar a tabela de Gratificação de Função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adotar outras providências*.

Na justificativa o autor diz que este Anteprojeto de Lei está sendo reapresentado em razão do veto exarado pelo Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, no Projeto aprovado por essa egrégia Assembléia Legislativa em dezembro de 2005, por omissão da demonstração na justificativa do respectivo anteprojeto, do atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O reajuste dos níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, no percentual de 12%, visa reparar, ainda que em parte, os efeitos da ausência da revisão geral anual, direito dos servidores públicos previsto no artigo 377, inciso X, da Constituição Federal, não concretizado não obstante a reconhecida e declarada mora do Estado quanto a esta revisão (ADIn nº 2.493-1, rel. Min. Ilmar Galvão, j, em 19.12.2001), devidamente notificada ao Governador anterior. O reajuste ora proposto também se ampara no preceito contido no artigo 39, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal e objetiva repor o salário dos servidores do Ministério Público em níveis condignos e com-

patíveis com a responsabilidade de suas relevantes funções, posto que o último ocorreu em julho de 2002 e no lapso temporal compreendido entre esta data e dezembro de 2005 houve perda do poder aquisitivo de aproximadamente 43,15% (quarenta e três vírgula quinze por cento).

É o relatório

#### **Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, chefe do Ministério Público do Estado do Paraná, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.03.2006.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 058/06

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente plano de lei é de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre o reajuste da tabela de Gratificação de Função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado e adota outras providências.

#### **Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto a constitucionalidade e legalidade, tendo a mesma apresentado parecer favorável.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno e tendo em vista que a proposta vem devidamente acompanhada de declaração de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentária e apresenta, também, estimativa de impacto orçamentário-financeiro de acordo com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Diante do exposto, é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2006.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**Em votação.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse projeto é muito interessante. Queria chamar a atenção para esse projeto, porque estamos votando tudo tão rapidamente, que não estamos prestando atenção.

Estou vendo a justificativa do Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, não quero interromper o seu pronunciamento, mas faz parte da minha função enquanto Presidente.

Estamos discutindo a constitucionalidade. Não estamos discutindo o mérito. É apenas a constitucionalidade, porque o mérito é só em segunda discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas vou fazer o encaminhamento nas duas questões.

Sr. Presidente, o Ministério Público, na sua justificativa, ao encaminhar esse projeto a esta Casa, o Procurador diz que por omissão da demonstração na justificativa do respectivo anteprojeto, do atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade. Esta Casa votou no ano passado e foi induzida ao erro. Todos nós fomos induzidos ao erro pela CCJ, que mandou o projeto para cá, sem ter cumprido a questão legal. Tanto é que o Governador vetou o projeto e o Ministério Público está mandando outro projeto para cá agora. O que diz o Procurador, o guardião das coisas públicas? Por omissão. O que é omissão, senhores? Vou tratar desse assunto agora.

Estamos aqui para apreciar um projeto de lei encaminhado pelo Ministério Público, em substituição ao projeto de lei vetado pelo Governador.

O veto - todos sabem - deveu-se a falta de cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, vem o Ministério Público reconhecendo o erro, ao encaminhar novo projeto a esta Casa.

Fico a questionar, por que razão o primeiro projeto não se apresentou deste modo. Será que os membros do Ministério Público desconhecem a Lei de Responsabilidade Fiscal? Essa hipótese é improvável, é impensável. Praticamente, a toda hora vemos comentários a respeito das mudanças e exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando se fala em aumento de gastos, praticamente todos os brasileiros são capazes de enumerar de forma mais complexa ou mais simples os requisitos exigidos por lei para sua aprovação.

De acordo com os artigos 15 e 16, para implementar medidas que impliquem na geração de despesa, é necessário demonstrar: impacto financeiro; adequação à LOA; compatibilidade com PPA; compatibilidade com a LDO. Considerando ainda que o aumento de salários representa despesa de caráter continuado, posto que sua aplicação dar-se-á no prazo superior a dois anos, é necessário realizar todas aquelas questões técnicas.

Mas, vou adiantar Sr. Presidente, porque o tempo é curto. Queria falar muito mais desse caso e não vou votar contra, não, Sr. Presidente. Não vou contar contra os funcionários do Ministério Público, não! Vou votar a favor. Mas, só queria registrar que o Ministério Público também erra, o Ministério Público também comete erros, erros que poderiam ser qualificados por improbidade administrativa e um deles é este aqui.

O Ministério Público induziu todos os Srs. Deputados. Induziu todos a erro e nós votamos! Votamos a favor do aumento sem ver e a CCJ, que rejeita os projetos quando quer, quando tem interesse, “passou batida” e mandou o projeto a Plenário. Mandou a Plenário o projeto vetado pelo Governador, porque se o Governador sanciona a lei, estaria cometendo uma improbidade. O Governador vetou.

Então, o Ministério Público, que acha que pode acusar todo mundo, porque quando qualquer Prefeito ou qualquer cidadão que tem um cargo público comete um erro, ele faz ação, ele vai à Justiça, ele coloca naquele site do Ministério Público notas dizendo que o fulano é improbo, cometeu crime, julga o cidadão. Mas e agora, que crime cometeu o Ministério Público, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é um estudioso, Deputado José Maria, outro estudioso desta Casa?

Não sou estudioso, mas estudei este assunto, porque queria saber como o Ministério Público, que é o guardião da legalidade, faz uma ação e vou citar só um exemplo, Sr. Presidente: o Ministério Público fez uma ação contra mim, quando Prefeito, porque em um processo de licitação que ele diz que foi correto, ele diz que faltou o empenho prévio. Por isso, respondo uma ação, incomodo-me, pago advogado, sofro, a imprensa me calunia e não dá nada e vou responder, porque faltou empenho prévio. Agora o Ministério Público manda para esta Casa um projeto ilegal e todos aprovamos! Todos aprovamos no final do ano! Nós aprovamos, e aí?

Agora o Ministério Público retira, manda outro de acordo, como deve, com tudo certinho - bacana, vou votar a favor, não sou contra o aumento e sou a favor que os funcionários do Ministério Público recebam - agora, quem é que vai fazer a ação contra o Ministério Público agora? Quem é que vai propor a ação contra o Ministério Público? Quem é que tem coragem?

Ninguém tem coragem. Parece todo mundo temer. O Ministério Público cometeu um ato de improbidade e ninguém se levantou. Nós aprovamos aqui, sentadinhos. E agora ele mandou outro projeto, que vamos aprovar. Agora está legal! Mas, o Ministério Público diz o quê?

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, penso o seguinte: hoje estamos discutindo legalidade e constitucionalidade e o mérito é depois, é segunda-feira ou se tivermos outra Sessão. Tem algumas questões que acho complicadas. Tenho todo o respeito - e o Deputado tem o direito de dizer o que quiser - entretanto, quando diz indiretamente que a Casa é

covarde, que se acovardou diante do Ministério Público, aí fica complicado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Eu não disse isso. V. Exa. que está dizendo.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Queria que minha palavra fosse garantida.

A Comissão de Justiça existe na Casa para amparar e a Questão de Ordem é que hoje a discussão é legalidade e constitucionalidade. À medida em que o discurso é mérito e ainda tenta dizer que a Casa foi covarde, porque era o Ministério Público, aí é outra discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente.

Deputado Jocelito, devo dizer a V. Exa. que a Questão de Ordem da Deputada Elza procede. O encaminhamento de V. Exa., da votação, tem que ser dentro da legalidade. V. Exa. está encaminhando a favor ou é contra a legalidade?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, permita-me mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Um minuto para V. Exa. concluir, Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Por omissão, diz aqui, está aqui, vou votar a favor. Mas, quero dizer que o Ministério Público também é improbo, cometeu erro. E votamos aqui, todos, no final do ano, está aqui, Sr. Presidente, eu só queria destacar. É uma pena que ninguém possa fazer uma ação contra o Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Para encaminhar a legalidade, com a palavra o Deputado Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, ouvi aqui as palavras do Deputado Jocelito Canto, quando ele disse que não estamos prestando atenção na votação. Gostaria de fazer uma ressalva. Vi vários Parlamentares prestando atenção e estamos, neste momento, votando a constitucionalidade. E é constitucional. Se houve equívocos do impacto financeiro do projeto anterior, agora está sendo corrigido.

Estamos aqui para legislar. Agora, não podemos - e aí eu gostaria de externar a minha opinião - colocar aqui questões particulares no encaminhamento de inconstitucionalidade.

Por essa razão, as pessoas que estão nos assistindo neste momento não estão compreendendo.

Ora, as pessoas estão deixando passar tudo! Não. Quando o projeto é constitucional é de praxe desta

Casa não nos pronunciarmos. Depois, na segunda votação, se houver emendas, não houver emenda, ou no mérito, você tiver qualquer questão a ser levantada, você levanta.

Agora, aqui o que eu senti não é uma questão de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, porque é constitucional. Estamos, sim, corrigindo um equívoco.

Mas, essa questão que o Ministério Público ninguém pode processar, também não é verdadeira. Todos nós, brasileiros, somos o poder, hoje. O Poder Legislativo, existem outros Poderes, todos nós estamos aqui à disposição da Justiça, como estão as pessoas do Ministério Público.

Então, se o Deputado Jocelito tem, por uma eventualidade, a intenção de questionar alguém do Ministério Público na Justiça, ele tem todo o direito. Tem todo o direito de subir àquela tribuna, no Grande Expediente, no Horário da Liderança do seu Partido, ou em qualquer momento que o Regimento lhe permitir, e fazer o seu pronunciamento.

Agora, é importante que se diga que no momento estamos votando esses projetos e eu estou, sim, prestando atenção e todos eles são constitucionais.

#### O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só a título de esclarecimentos, porque essa Mensagem suscitou dúvidas e há uma Mensagem semelhante, tanto do Ministério Público, quanto do Poder Judiciário, vetada pelo Governador, no ano passado.

Esse veto foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça já na semana passada ou na semana retrasada. Efetivamente, só a título de esclarecimento, o relator dessa mesma matéria do Ministério Público e do Poder Judiciário, no ano passado, era o Deputado Reni. E o Deputado Reni, na CCJ, é um dos Deputados mais atentos e competentes na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a obediência dos artigos 14, 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas duas mensagens, no entendimento do Deputado Reni, e, via de consequência, da Comissão de Constituição e Justiça, obedeciam a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Governador, por questões políticas, resolver vetar essa Mensagem e acertou que o Judiciário e o Ministério Público reenviassem a Mensagem que é cópia literal das mensagens anteriores. Mudaram os quadros do impacto financeiro e efetivamente estamos votando. Então, quer dizer, se cumpriu, no nosso entendimento, a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 14, 15 e 16, no ano passado, e se cumpriu novamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero fazer esse alerta porque a maioria das mensagens que o Governo envia à Assembléia Legislativa, envia sem a Lei de Responsabilidade Fiscal e muitos dos projetos de lei que votamos aqui, que dispõem sobre matéria que envolva a Lei de Responsabilidade Fiscal e

às vezes os Parlamentares não têm as mesmas facilidades para até fazer um impacto financeiro, o Governo acaba vetando todos ou quase todos, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O próprio Governo, quando envia as suas mensagens, não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Só para fazer esse esclarecimento para que não fique dúvida que a CCJ agiu com a displicência no ano passado.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Discordo inteiramente do Deputado Jocelito Canto e concordo plenamente com o Deputado Durval Amaral, e como membro efetivo da CCJ, analisamos com bastante cuidado as mensagens que vêm do Governo e o Governo tem procurado, nos últimos tempos, colocar o impacto orçamentário, o impacto financeiro nas mensagens que vêm. Nessa, do Ministério Público, talvez houve algum equívoco, mas o Governo corrigiu em tempo e está mandando a Mensagem devidamente acertada. Agora, não podemos levar a pecha de que nós, Deputados, votamos sem observar, sem analisar profundamente as questões que vêm a esta Casa de Leis, porque não é verdade.

Temos uma Comissão de Constituição e Justiça hoje, funcionando a pleno vapor, com funcionários do mais alto quilate de conhecimento jurídico, econômico e administrativo.

Acho que não cabe a nós, este nome, porque não é verdade e todos os Deputados que lá comparecerem vão imbuídos, vão estudando a matéria e o Ministério Público é um órgão importante na sociedade e está fazendo o papel dele, como deve ser feito. Se alguém tem alguma reclamação contra o Ministério Público Estadual ou Federal, que o faça na Justiça.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Em votação.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Eu, como Líder do Governo, tenho recebido no gabinete, comissões dos mais diversos segmentos dos servidores públicos, seja do Judiciário, do Executivo, do Legislativo, do Ministério Público.

Não posso concordar com o meu amigo Jocelito, que vamos estar sob pressão. Isso não existe. Eu já votei aqui na Assembléia, contrário a alguns projetos com as galerias lotadas. Temos consciência do que estamos fazendo. Eu também tenho restrições para com os membros do Ministério Público. Nunca escondi isso, mas o funcionalismo do Ministério não tem culpa disso. Vamos votar favoráveis. temos aprovado aumento para os mais diversos setores do Governo e o Ministério Público também tem o direito e por isso,

vamos encaminhar favoráveis à votação e sem pressão de ninguém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo ao Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na qualidade de relator desse projeto na CCJ, só devo esclarecer que, primeiro, a Constituição Estadual prevê essa competência ao Ministério Público. Igualmente, a Lei Federal 8.625 de dezembro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe no artigo 3º, inciso V:

*Propor ao Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como, a fixação e o reajuste dos vencimentos dos seus membros.*

Então, a matéria é constitucional, o parecer é correto. Foi aprovado pela CCJ.

Não vejo porque a polêmica. Se quiser discutir o mérito dessa questão, se deve ou não deve dar, fica para a segunda votação. Hoje, estamos votando a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

**Aprovado.**

## ***Encerramento da Sessão:***

Antes do encerramento da Sessão, quero agradecer aos Procuradores do Estado do Paraná que estão presentes na nossa Sessão e estampavam faixa cumprimentando aos Srs. Deputados.

Registro a presença, em nome da Deputada Cida, do Vereador Walter Guerbers, de Maringá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301 e 302/04.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 045, 046 e 058/06; e do Projeto de Resolução nº 002/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 751/05.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 121, 126 e 127/05.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Presidência***

#### ***Audiência Pública***

##### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos treze dias do mês de março de dois mil e seis, no Plenário Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/02 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a Presidência do Deputado Hermas Brandão. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, que encaminhou ao Poder Legislativo o relatório do 3º Quadrimestre de 2005 e passou a palavra aos Deputados presentes e ao público em geral para que formulassem questionamentos ao Secretário de Estado da Fazenda. Não havendo nenhuma inscrição, o Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença dos Srs. Deputados e dos convidados.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

### ***Comissões Especiais***

#### ***Reforma à Constituição***

##### **COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças partidárias para comporem a Comissão Especial de Reforma à Constituição, constituída para apresentar parecer sobre a Proposição nº 40/05, presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e contando com as presenças dos Deputados Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira e Durval Amaral. Havendo número legal, o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv abriu os trabalhos, declarando instalada a Comissão, passando em seguida para eleição do Presidente da Comissão e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos dos nomes dos Deputados Durval Amaral e Luiz Carlos Martins, respectivamente. Assumindo a Presidência, o Deputado Durval Amaral agradeceu a especial deferência de seus Pares e designou para relatar a matéria o Sr. Deputado José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e

aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI, LUIZ CARLOS MARTINS,  
DURVAL AMARAL, JOSÉ MARIA FERREIRA,  
LUIZ FERNADES DA SILVA LITRO,  
PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente

## *Comissões*

## Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e seis, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua primeira reunião ordinária, com a presença dos Srs.

Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 025/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Marcos Isfer, Relator da proposição nº 025/06, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, em seu artigo 14, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2006. Após análise da matéria, decidiu o Sr. Relator que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓✎✓